

Operação policial na zona norte do Rio deixa mortos

Ação policial deixa ao menos 22 mortos em favela do Rio

PM diz que foi atacada durante operação para prender comboio que se deslocaria para a Rocinha

Matheus Rocha e Júlia Barbon

RIO DE JANEIRO Uma operação conjunta do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) e da Polícia Rodoviária Federal deixou ao menos 22 pessoas mortas nesta terça-feira (24) na Vila Cruzeiro, uma das 13 favelas do Complexo da Penha, na zona norte carioca. Outras sete pessoas ficaram feridas. Não havia informações sobre presos.

A ação é a terceira mais letal da história recente da região metropolitana do Rio de Janeiro, segundo levantamento feito pelo Geni-UFF (Grupo de Estudos de Novos Illegais da Universidade Federal Fluminense) desde 1989. De acordo com os dados, a ação só perde para o massacre do Jacarezinho em 2021, com 28 mortos, e para a chacina da Vila Operária em Duque de Caxias, em 1998, com 23 mortos.

Segundo as duas corporações, a ação desta terça visava prender em flagrante mais de 50 traficantes de diversos estados que planejavam sair em comboio até a favela da Rocinha, na zona sul da cidade. O plano foi frustrado quando uma das equipes à paisana foi descoberta e atacada na entrada, por volta das 4h. O que se seguiu foram horas de confrontos, que acabaram subindo pela comunidade até chegar a uma área de mata que liga a Vila Cruzeiro ao Complexo do Alemão, onde a maioria dos suspeitos foi baleada. Foram apreendidos 13 fuzis, 12 granadas, 4 pistolas, 10 carros e 20 motos que faziam parte do comboio.

Entre os mortos está também Gabrielle Ferreira de Cusna, 41, alvejada dentro de sua casa longe dali. Segundo a PM, ela foi atingida durante o confronto na comunidade vizinha da Chატuba. A Delegacia de Homicídios da Capital fez perícia na residência para investigar de onde partiu a bala.

O número divulgado no início da manhã, de ao menos dez mortos, foi subindo ao longo do dia, conforme corpos e feridos chegavam no Hospital Estadual Getúlio Vargas, também na zona norte da cidade, de onde se ouvi-

am os tiros na favela. Familiares choravam e gritavam em protesto contra a ação policial na porta da unidade. No início da tarde, 22 entidades e movimentos sociais divulgaram uma nota pedindo às polícias do Rio de Janeiro imediato cessar-fogo, dizendo que mães e familiares estavam mobilizados a entrar na mata em meio ao tiroteio no desespero de localizar seus parentes, e ativistas de direitos humanos estavam no meio do fogo cruzado.

Moradora da Vila Cruzeiro, Cláudia Sacramento, 52, contou que a operação policial começou por volta das 3h30 e que, desde então, instalou-se um clima de tensão na comunidade. "As pessoas estão com medo de sair de casa. Tem helicóptero rondando. Tem muita gente dentro de casa com medo de sair, mas elas têm medo também de perder emprego. Tem patrão que não acredita quando elas dizem que está tendo tiroteio", afirma ela, que fundou há 11 anos a página "Vila Cruzeiro RJ" para levar informação à comunidade.

Em razão dos confrontos na Vila Cruzeiro, 19 escolas da região precisaram fechar as portas, segundo a Secretaria Estadual de Educação. "Não tem como sair de casa. As escolas fecharam, os agentes comunitários não podem ir na casa das pessoas, então elas acabam ficando sem remédio", criticou o titular Lucena, 35, também morador.

Os Ministérios Públicos estadual e federal abriram investigações independentes para apurar eventuais violações de direitos durante a incursão. O primeiro solicitou ao comando do Bope que envie em até dez dias um relatório que detalhe as responsabilidades pelas ações letais. Também recomendou a apreensão e perícia de todas as armas dos policiais militares envolvidos na ação, para comparação com os projetos que venham a ser retirados das vítimas.

Já o segundo órgão pediu em caráter de urgência aos superintendentes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal informações sobre a operação que participou da opera-



Acima, homem baleado na operação chega hospital na zona norte do Rio de Janeiro; ao lado, familiares de mortos na ação se abraçam



ção, com cópia de suas respectivas fichas funcionais e relatório final sobre a ofensiva.

A Promotoria, a polícia justificou a "absoluta excepcionalidade" dizendo que uma equipe fazia uma ação para coletar dados de inteligência sobre o deslocamento dos criminosos quando foi reconhecida e atacada por criminosos. "Havendo assim a necessidade de iniciar uma operação emergencial".

Em junho de 2020, o ministro do STF Edson Fachin restringiu as operações no Rio de Janeiro a casos excepcionais enquanto durasse a pandemia da Covid, no âmbito da chamada ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental) das Favelas. Desde então, as polícias fica-

ram obrigadas a informar ao Ministério Público a ocorrência de operações e o que justificou a excepcionalidade. Nos primeiros meses, as incursões e mortes por agentes de segurança despencaram no estado, mas depois os números voltaram a subir.

Em fevereiro, a Vila Cruzeiro já tinha sido palco de uma operação violenta. A época, oito homens foram mortos pela duranta uma ação da Polícia Militar e da PRF.

Os agentes tentavam prender Adriano de Souza Freitas, conhecido como Chico Bento e apontado como chefe do tráfico no Jacarezinho.

Como a favela foi ocupada pela polícia em janeiro para implantar a Cidade Integrada, programa do governador

Cláudio Castro (PL), os criminosos teriam se escondido na Vila Cruzeiro, dominada pelo Comando Vermelho. Na noite desta terça, o presidente Jair Bolsonaro (PL) elogiou a ação no Rio. "Parabéns aos guerreiros do Bope e da PM-RJ que neutralizaram pelo menos 20 marginais ligados ao narcotráfico em confronto, após serem atacados a tiros durante operação contra líderes de facção criminosa", escreveu ele no Twitter.

Lamentamos pela vítima inocente, bem como pela inversão de valores de parte da mídia, que isenta o bandido de qualquer responsabilidade, seja pela escarificação da droga, seja por aterrorizar famílias, seja por seus crimes cruéis", continuou o presidente.

Polícia Militar culpa Supremo por criminosos migrarem ao RJ

RIO DE JANEIRO Após a ação que deixou ao menos 22 mortos na Vila Cruzeiro, no Rio, a Polícia Militar fluminense culpou o Supremo Tribunal Federal (STF) pela migração de criminosos ao estado.

"A gente começou a reparar essa movimentação, essa tendência de migração para o RJ, a partir da decisão do STF [que limitou operações policiais em favelas durante a pandemia de Covid-19]", disse em entrevista o secretário de polícia, coronel Luiz Henrique Pires.

"Isso vem acentuando nos últimos meses. Esse esconde-rinho deles nas nossas comunidades é fruto basicamente dessa decisão do STF. É o que a gente entende, a gente está estudando isso, mas provavelmente deve ser fruto dessa decisão do STF", continuou. O Supremo não se manifestou

sobre as declarações da Polícia Militar do Rio.

A incursão ocorreu na madrugada desta terça (24) na estrada desta terça (24) não visava cumprir mandados de prisão, segundo o comandante do Bope, tenente-coronel Uirá do Nascimento Ferreira.

Ferreira diz que uma equipe de vigilância à paisana foi identificada e atacada por volta das 4h, quando estava na proximidade da entrada da favela aguardando um comboio de mais de 50 traficantes da facção criminosa Comando Vermelho. Eles se deslocariam para a favela da Rocinha, na zona sul da cidade.

A intenção da polícia era surpreender esse comboio com um aparato policial que já estava montado fora da comunidade para prender em flagrante os criminosos armados, parte deles vindos de outros estados como Alagoas,

Amazonas, Bahia, Ceará, Pará e Rio Grande do Norte. A ação, porém, foi frustrada quando a primeira equipe foi atacada. A partir daí, a PM decidiu fazer uma operação de emergência com cerca de 80 agentes e mais 26 da Polícia Rodoviária Federal (PRF), além de helicópteros e veículos blindados, segundo ele para cessar os ataques.

"Essa facção é responsável por 80% dos confrontos que acontecem no estado do RJ, uma facção muito atuante, e que em determinado momento passou a abrigar, esconder e treinar elementos de outros estados. Tudo isso está sendo mapeado, monitorado", declarou ainda o secretário da PM.

Questionado sobre por que a PRF participou da operação, o superintendente Rômulo Silva respondeu que a corporação participa de ações inte-

gradas fora de rodovias federais sempre que demandada por algum outro órgão.

Essas organizações criminosas são responsáveis por inúmeros crimes que ocorrem em rodovias federais e assolam a economia carioca e nacional, roubos de carga, veículos e em coletivos", afirmou ele, afirmando que a troca de informações é importante para o sucesso das operações.

Em junho de 2022, o ministro do Supremo Edson Fachin restringiu as operações no Rio de Janeiro a casos excepcionais enquanto durasse a pandemia da Covid-19, no âmbito da chamada ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental) das Favelas.

Desde então, as polícias ficaram obrigadas a informar ao Ministério Público a ocorrência de operações e o que justificou a excepcionalidade. Nos primeiros meses, as incursões e mortes por agentes de segurança despencaram no estado, mas depois os números voltaram a subir.

Em fevereiro deste ano, a Corte então determinou que o governo do Rio de Janeiro apresentasse um plano para reduzir a letalidade e as violações de direitos humanos por policiais. Isso foi feito por meio de um decreto, assinado pelo governador Cláudio Castro (PL) no mês seguinte.

Em 5 de abril, porém, o PSB e entidades de defesa dos direitos humanos pediram que a Corte desconsiderasse o documento e que uma nova proposta seja apresentada em até 60 dias, afirmando que as medidas são genéricas e não têm cronograma ou previsão de recursos financeiros. O pedido ainda não foi julgado. JB

coronel Luiz Henrique Pires secretário da PM do Rio de Janeiro

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano **Caderno:** B **Página:** 1